

FACES DE EVA

Revista de Estudos sobre a Mulher

Direcção

Zília Osório de Castro
Isabel de Jesus Henriques

Coordenação

Ilda Soares de Abreu
Maria Emília Stone

Assessora de Direcção

Natividade Monteiro

Secretária de Edição

Joana Henriques

Redacção

Alexandra Luís, Catarina Inverno, Cristina L. Duarte, Daniel Matias, Elizabeth Évora Nunes, Ilda Soares de Abreu, Irene Tomé, Isabel Baltazar, Ivone Leal, João Esteves, Maria do Céu Borrêcho, Maria Emília Stone, Marília Viterbo de Freitas, Margarida Caeiro, Rita Mira, Sandra Leandro, Virgínia Dias.

Design da capa

Mafalda Matias e Sandra Leandro

Referees

Ana Raquel Lourenço Fernandes, CEA-UL; António Camões Gouveia, FCSH-UNL; Áurea Adão, UL; Inês Brasão, CESNOVA-UNL; Luciano José dos Santos Baptista Pereira, IPS/ESSE; Maria Aparecida Ribeiro, UC.

Edição

Edições Colibri • Apartado 42001 • 1601-801 Lisboa

Paginação e execução gráfica

Colibri – Artes Gráficas

Sede

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa

Avenida de Berna, 26 C • 1069-061 Lisboa

www.fcsh.unl.pt/facesdeeva

e-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

ISSN 0874-6885

Depósito legal n.º 145 434/99

Tiragem: 1000 exemplares

Periodicidade semestral

Preço por número: 10,50 €

Assinatura (2 números): 21,00 €

Solicita-se permuta

On demande l'échange

Man bittet um Austausch

Exchange requested

A revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* está indexada no LATINDEX – Sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas (www.latindex.org).

FACES DE EVA ESTUDOS SOBRE A MULHER

SUMÁRIO

5 *Nota de abertura*

Estudos

Ana Maria Lisboa de Mello

11 Ligações indissolúveis de Cecília Meireles a Portugal

Jeanne de Freitas Pinheiro Souza

27 Fio por fio, o bordado se constrói. As representações de género em livros didáticos brasileiros de língua portuguesa das 7.^a e 8.^a séries

Isabel Drumond Braga e Inês de Ornellas e Castro

45 Saberes e fazeres de Berta Rosa Limpo. A construção de um êxito:
O Livro de Pantagruel

Fernando Ribeiro

67 Escrita no feminino – Ana de Castro Osório: *Uma Lição da História e Às Mulheres Portuguesas*

Ilda Soares de Abreu

89 *O Auto das Regateiras* de Ribeiro Chiado e a crise conjuntural de meados do século XVI

Moíza Fernandes Almeida

111 O eterno feminino em mulher samaritana

Estado da Questão

125 Associação de Mulheres Contra a Violência

*

BRL acompanhava os tempos e compreendia que a relação com as leitoras equivalia aos actuais estudos de mercado. Reflexo da introdução de produtos, do racionamento e dos problemas de abastecimento, o “Correio” era o ensaio para a 11.ª edição ampliada, adequada às necessidades de um público cada vez mais heterogéneo que se tornara cúmplice e, por isso mesmo, nos serve de testemunha em primeira mão de um momento histórico de profunda mudança nos hábitos alimentares portugueses.

Volvidos mais de 60 anos, *O Livro de Pantagruel*, com uma apresentação sóbria e escrita muito clara, continua actual, sendo a obra de cozinha com mais edições e maior tiragem em Portugal. Embora tenha nascido da criatividade de BRL, tornou-se um livro de família e um *ex-libris* da mesa portuguesa. Hoje em dia, todos os exemplares são numerados e assinados pelo neto da Autora.

Isabel Drumond Braga, Doutora em História, especialidade em História Económica e Social (séculos XV-XVIII), pela Universidade Nova de Lisboa (1996) e Agregada pela Universidade de Lisboa (2006). Lecciona na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa desde 1990. Foi Professora Visitante na Universidade Federal Fluminense (Brasil) de Agosto a Dezembro de 2009 e na Università di Catania (Itália) em Julho de 2011. A produção científica desenvolvida tem versado, em especial, temas como: Inquisição, minorias, religiosidade popular, relações diplomáticas, assistência e vida quotidiana, com destaque para a história da alimentação.

Inês de Ornellas e Castro, Professora auxiliar na FCSH – UNL, onde lecciona Latim. Doutorada em Língua e Cultura Latina (2007) com a tese publicada pela Harmattan (2011), *De la table des dieux à la table des hommes*, é autora de várias traduções de autores Gregos e Latinos e de estudos sobre a história cultural da alimentação, a escrita em Latim no feminino e textos médicos do Renascimento. É investigadora principal do IELT – UNL e membro de diversas redes de investigação internacionais.

ESCRITA NO FEMININO – ANA DE CASTRO OSÓRIO: UMA LIÇÃO DA HISTÓRIA E ÀS MULHERES PORTUGUESAS

Fernando Ribeiro

Resumo

Ana de Castro Osório, ao escrever *Uma Lição da História* (1909), traduz os “saber, sentir e fazer” literários transmitindo simultaneamente ideário respeitador da emancipação das mulheres atendendo ao empenhamento da consciência nacional, a qual, segundo republicanistas como Ana de Castro Osório, deveria sobremodo acontecer na mulher portuguesa nascida aristocrata ou burguesa. Ao continuar a «lição» observada no Conto Maravilhoso (Märchen), segundo os Irmãos Grimm, Ana de Castro Osório pratica-a, adaptando à sua “História da Carochinha” a ideologia republicana desenvolvida em sua obra intitulada *Às Mulheres Portuguesas* (1905), a qual comunga bem das ideias de republicanos e feministas como Henriques Nogueira, Antero de Quental, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Teófilo Braga.

Palavras-chave: Consciência-republicanista, mulher, aristocracia-burguesa, Conto Maravilhoso (Irmãos Grimm), utopia.

1. Do Saber: no feminino

Toda a escrita acontece por mão própria uma vez assimilada a realidade histórica a que se remete e destina. Factos históricos a montante e destinatário a jusante contribuem para a fundação de realidade narrativa única e nova cujo valor literário é tão mais revigorante quanto a imagina-

ção é pertinente e activamente interpelada a dar vida à realidade diegética. Sem esta obteríamos reprodução e não representação, qual sucessão mecânica tão insípida quão intragavelmente apenas útil, da qual o prazer-causa da centelha criadora, uma vez ausente, anularia qualquer plausível realidade prospectiva emergente no espírito do/a leitor/a.

– (...) A lenda é a fantasia que se borda sobre a história (...)

– Tu vês, por exemplo, um magnífico tecido de cor fixa e qualidade excelente; pode ter valor e ser duradouro, mas não te encantarás os olhos nem prenderá o espírito como outro que pintores, bordadores e tecelões enchem com seus desenhos e labores, coloridos e bordados. É a fantasia dando relevo ao que é útil e verdadeiro. Pois a lenda é isso.

– E quem faz a lenda?

O povo. Com a sua rica imaginação encarrega-se de embelezar a verdade, dando-lhe todo o enlevo da poesia.(...)¹

Em 1906, Ana de Castro Osório publicou em Setúbal pela mão da sua Livraria Editora “Para As Crianças” “A Minha Pátria”, conto² cujo carácter didáctico-edificante fez com que fosse *Aprovado, em concurso pela Comissão Especial dos Livros e pelo Conselho Superior de Instrução Pública para*

¹ Ana de Castro Osório, *A Minha Pátria*, Setúbal, Livraria Editora “Para as Crianças”, 1906, p. 22.

² Este conto tem na verdade também finalidades didácticas, pois visa a aquisição de conhecimentos da área da História e Geografia de Portugal de modo deleitoso: “(...) vou portanto ensinar-te a história do teu país, sem que tenhas de pegar num livro. Verás como apesar de verdadeira, te há-de agradar como uma história da carochinha” (*Idem, ibidem*, p. 27); a autora, ao criar esta obra, demonstra a melhor forma de reformar o ensino das matérias de modo a elementares conhecimentos acerca da cultura, riquezas e recursos pátrios serem mais proficuamente aproveitados pelas gerações a instruir através da “(...) leitura de alguns livros que são para recrear e ao mesmo tempo para instruir: livros de viagens, de história, de elementos de ciências que te ajudariam efectivamente nos teus estudos.” (*Idem, ibidem*, p. 17). [Sublinhe-se o utilizarmos grafia do português moderno ao citar obras de autores dos séculos XIX e XX para melhor inteligibilidade; o identificarmos a citação pela referida página entre parêntesis, porque, salvo indicação em contrário, referir-se-á assim, e rapidamente, à obra em apreço; o serem as traduções, como sempre, de nossa autoria; o abreviarmos Ana de Castro Osório por A.C.O.; o aproveitarmos para agradecer o atendimento cuidadoso de que fomos alvo durante a preparação deste artigo também fruto do trabalho de materiais específicos – constantes do precioso acervo das Bibliotecas Municipais: Palácio das Galveias e sobremaneira Biblioteca Museu República e Resistência – na pessoa do Drs. Pedro Mesquita e F. Moreira desta última instituição.]

*Prémios Escolares*³, ilustrando assim o escopo da actividade desta ilustre republicana que entre 1872 e 1935 também se dedicou ao povo da sua pátria enquanto escritora, publicista, feminista, editora de obras escritas igualmente por si e/ou co-traduzidas em prole sobretudo das crianças e das mulheres do seu país.

Desde a homenagem pública a poetisas regionais (António Maria Eusébio) e também nacionais (Almeida Garrett, Bocage), à publicação e distribuição graciosa de opúsculos como os intitulados *A Bem da Pátria*, *As Mães Devem Amamentar os seus Filhos* e *A Educação da Criança pela Mãe*, à fundação de editoras como a anteriormente referida ou as Edições Lusitânia, da Escola Liberal de Setúbal (1907), a calorosa activista de ideais republicanos fundou a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908) e a Associação de Propaganda Feminista (1911); empenhou-se também na defesa, entre 1909-10, da lei do divórcio, jamais perdendo o ensejo de promover a consolidação de horizontes europeístas ou transoceânicos estruturantes do reconhecimento da modernidade de Portugal⁴.

Da sua vasta obra salientamos o singular conto intitulado “Uma Lição da História” (Setúbal: Livraria Editora “Para as Crianças”, 1909), no qual o/a leitor/a assiste, *in medias res* e em pleno gabinete de estudo de jovem aristocrata (p. 9), à resistência juvenil ao estudo no feminino – “(...) O que sei já me chega perfeitamente para viver muito bem...” (p. 10) –, bem como à resistência feminina adulta ao preconceito acima revelado – “(...) Os seus pais não a querem instruída à força querem-na educada por gosto e pelo esforço da sua própria vontade. Se a menina declara terminantemente que não me quer ouvir, eu não a posso violentar (...)” (p. 10) –; o/a leitor/a é de imediato igualmente, conquistado para a óbvia contradição entre classes – “(...) Esses, que são modestos e que sabem já o que é a vida aproveitarão, certamente, muito mais com as minhas lições do que a filha amimada e orgulhosa dos senhores condes que recebem nos seus salões aristocráticos a multidão que ocorre a prestar homenagem, mais aos seus talentos reais de artistas, do que propriamente à fortuna, (...)” (p. 12) – e entre épocas – “(...) não farei como os meus pais que se honram em receber essa gente baixa só porque é sábia ou artista ... eu só hei-de receber a gente da minha casta, (...)” (p. 14).

Vê-se desde logo convidado a assimilar natural e intuitivamente a mais valia da inteligência cultivada e respectiva sabedoria desta decor-

³ Entre outras particularidades destacaremos ilustrações de Raquel Roque Gameiro e Alfredo Moraes, entre outros, e títulos de alguns capítulos como *Os Lusitanos*; *As Invasões*; *As Nossas Descobertas*; *Em Caminho da Índia*; *O Céu*; *A Terra*; *O que Vestimos*.

⁴ AAVV, *Dicionário no Feminino. (Séculos XIX-XX)*, direcção Zília Osório de Castro e J. Esteves, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 91-95.

rente – “(...) – porque não há fortuna que se não gaste hoje, se o trabalho e a inteligência a não administrarem – (...)” (p. 16) – bem como a consciência de nova cidadania: “(...) Vou-lhe explicar como se é útil não se tendo dinheiro e como inútil e desprezível se pode ser com dinheiro sem conto (...) lhe narre primeiro um caso que chamaremos *Uma Lição da História ...* Parece-me que ainda gosta de contos (...)” (pp. 18-19); fica, acto-contínuo, ciente de quanto o conhecimento surgiria como elemento diferenciador essencial à modernidade portuguesa.

Munida do naturalmente materno-infantil saber prático vertido na escrita, A.C.O. cria, depois deste *incipit* e enquadramento histórico-social, narrativa engastada: história dentro da história com o objectivo pedagógico de, através da fantasia, a narrativa cumprir o seu útil papel edificador da consciência da pupila e ouvinte e, por extensão, da dos leitores. Tal “como se diz nos contos de fadas” (p. 20), a narrativa começa por situar a acção nos tempo e espaço primevos e longínquos habitados, mas de inacessibilidade natural e planeadamente consolidada (p. 21), fazendo tal “terra de delícias” (p. 22) lembrar lugar social, económica, constitucional rigidamente estratificado (pp. 24-5) de modo a fausto e pobreza coexistirem assépticos (pp. 25-6). A carência de urgente acção levada a cabo por herói cabal, leva a narradora a eleger princesa de reino tão falho em esperadas transformações quanto adverso ao estudo das suas tradições (pp. 29-30). De imediato, são oferecidas ao narratório as características da heroína imprescindível; esta surge como desestabilizadora de ordem artificial – “(...) e as suas observações já começavam a inquietar e a magoar não pouco a turba vaidosa dos cortesãos, que ela não poupava com as suas críticas e comentários amargos.” (p. 29); e quer como investigadora do curso temporal e seus conteúdos – “Um dia perguntou se não existiriam no palácio mais livros em que estudasse o mistério das cousas passadas e em que pudesse adivinhar o futuro.” (p. 30) – quer como crítica implacável de entidades político-sociais vigentes – “(...) recolhia os seus [do povo] utensílios desenhava os seus trajes, tudo notava, tudo queria saber, e sobre tudo meditava e reflectia, tornando-se cada vez mais suspeita aos cortesãos, que já murmuravam alto, ouvindo-a dizer – que era vergonha tanta ignorância – sabendo que criticava a sua ignorância, grosseria e rudeza.” (p. 31) – acaba por recolher-se ao papel de instituidora da estabilidade universal segundo estruturado modelo prospectivo reformador – “(...) Sou aquela para quem vós guardáveis este tesouro precioso, aquela para quem fostes juntando palavra a palavra, facto a facto, documento a documento o material com que eu hei-de conhecer o passado e construir o futuro.” (p. 35).

O paradigma reconhecido ao conto de fadas – as personagens do conto maravilhoso assumem e superam qualquer tipo de obstáculos em

qualquer espaço, contando com a ajuda de figuras maravilhosas propiciadoras dessa naturalidade própria de um percurso individual linearmente faseado, marcado por adjuvantes ou opositores em momentos próprios da acção, ao longo da qual são indiciados, apresentados e reiterados os motivos do desenlace sublimador⁵, continua-se quando a princesa é expulsa do reino e inicia viagem de recobro e amadurecimento, visando assumpção humilde de valores elementais do povo⁶.

A autora não recupera aqui personagens de significado ambíguo, constatando-se a transição do tradicional registo meramente fantástico, apenas para entretenimento, para um outro em que a toada ético-reformadora se instala a ponto de o registo alegórico se impor como o mais ajustado ao auditório a consciencializar. Assim, se a sábia encanecida, propiciadora dos materiais de estudo se apresenta como a *História*, a princesa por sua vez apresentar-se-á como a *Inteligência* ao laborioso pastor-artesão auto-denominado *Trabalho*, logo confessando ser filha do rei *Preconceito* e da rainha *Rotina*.

Apesar de tudo, o casamento imprescindível à acção da narrativa maravilhosa figura também neste conto como aliança natural com vista (p. 45) à indiciada e tradicionalmente esperada harmonia *social* entre as partes em contenda: modelos de sociedade feudal-estática e moderna-esclarecida. Sublinhando-se assim a singular diferença, neste conto assume-se, entre homem e mulher, a complementaridade de ambos essencial ao fomento da liberdade, em especial do elo de origem popular (p. 45) indispensável à sociedade-de-concórdia futura. Por isso, ao casamento, concede a narradora atenção diferente da esperada nos seus traduzidos e publicados *Contos dos Irmãos Grimm*⁷, pois o declara indispensável à concórdia nacional, porque sendo expressão da tradicional alegoria, tam-

⁵ Hermann Bausinger, *Märchen*, in AAVV, *Das Fischer Lexikon Literatur*, vol. II, F/M, Fischer, 1997, pp. 1249-50.

⁶ Na verdade, em *Uma Lição da História* A.C.O. combate “As miraculosas ascensões da pobreza ao fausto dos palácios reais (...)” como afirma Italo Calvino reportando-se aos *Contos Maravilhosos dos Irmãos Grimm*, em capítulo justamente intitulado “Os Contos à lareira de Jacob e Wilhelm Grimm”, in *Sobre o Conto de Fadas*, Lisboa, Teorema, 1999, p. 83, ao narrar o regresso reformador por mão feminina e por processo expressamente alegórico.

⁷ Ana de Castro Osório ao publicar em 1904, *Alguns Contos de Grimm*, constituindo o 11.º volume da “Coleção para as Crianças” uma selecção com cerca de 24 títulos dos *Kinder-und Hausmärchen* – KHM – dos Irmãos Grimm: [cf. Jacob e W. Grimm, *Contos de Grimm*, tradução de A. Castro Osório, Colares editora, 2008], evidencia a sua “vertente didáctico-moralizante bem vincada” como constata Maria Teresa Cortez em *Contos de Grimm em Portugal – A recepção dos Kinder-und Hausmärchen entre 1837-1910*, Coimbra, Minerva, 2001, p. 289.

bém continua sendo, neste caso, lição para demonstrável modelo social reformador do vigente⁸. Os traços masculinos como a robustez viril – “(...) és forte, és belo e persistente nas ideias (...) armar-te-ei o braço, para que fecundes a terra.” (p. 45) – unem-se aos femininos como a imaginação, fé, amor no feminino – “(...) embora na minha cabeça tenha o universo inteiro, no meu coração a força invencível da fé, na minha voz a linguagem encantada do amor.” (p. 46) – para que da respectiva interação surja a transformação do mundo – “(...) Juntos podes crer transformaremos o mundo; (...)” (p. 46).

E em vez de mergulhar a heroína e o respectivo adjuvante nas brumas do tempo e dos augúrios ilusórios, a narradora aprofunda a alegoria evidente ao representar como a perfeição não é apenas ideal, mas plausível quando homem e mulher constroem e vivem em elegante casa na montanha criando e educando filhos perfeitos como só podem ser os nascidos da união entre a “Inteligência” e o “Trabalho” e quando, após provas dadas, o sucesso obtido – em espaço agreste, não em tempo pois esse é o da felicidade entre ambos – decide baixá-los ao espaço dos demais seus semelhantes para ensinar-lhes segundo o exemplo-prático e a palavra-teórica, a ética da harmonia entre o belo e o útil conseguida em família (p. 52), a fim de cumprir o seu dever de cidadania, tais como ensinar o bem – “(...) Os nossos patrícios receber-nos-ão carinhosamente, quando lhes ensinarmos pelo exemplo e pela palavra tudo quanto de belo e útil já realizámos.” (p. 50) – e melhorar os povos: “(...) A velha amiga que me ensinou (...) mostrou-me quantas vezes irmãos nossos têm sido perseguidos e até vitimados por quererem ensinar o bem e melhorar os povos (...) é o nosso dever (...)” (pp. 50-3).

⁸ Registe-se como os Irmãos Grimm deixaram anotado, logo em 1812, no prefácio à 1ª edição da sua obra intitulada *Kinder- und Hausmärchen – KHM* –, o motivo da personagem sábia humilhada por isso mesmo e assim destinada à exclusão, a qual, observando percurso adverso e de amadurecimento, regressa para redimir o seu povo na companhia de elemento complementar necessário à sua complexidade; promove-se assim nesta narrativa o aparecimento *natural* de uma lição moral [Brüder Grimm, *Kinder- und Hausmärchen*, Band I, Vorrede in http://de.wikisource.org/wiki/Kinder-_und_Haus-M%C3%A4rchen_Band_1_ (1812), pp. XIII]. A natureza socialmente empenhada da narrativa de A.C.O. declara expressamente esta atitude pragmática a ser representada pela literatura infante-juvenil, pois avança declaradamente com a reforma social já que mostra, numa segunda fase – posterior à união conjugal maravilhosa, nascimento dos respectivos frutos e seu exemplo cabal – o sucesso – mesmo perante as naturais contradições do modelo conseguido representado pela união da Inteligência ao Trabalho – a ser recuperado por sociedade não mais realista e por cortesãos não mais improdutivos.

Seguindo a dinâmica da antítese naturalmente oposta à tese, A.C.O. amplia a tradicional (ao conto) curiosidade na narrativa pela introdução de outro elemento bem verosímil e de leitura facilmente alegórica: o mal – destruidor de praxis tão singularmente filantrópica – sob a forma de *inveja, indolência, ignorância, intolerância* – “Choveram os doestos e perseguições, as intrigas e as más vontades. Os pobres odiavam-nos e invejavam-nos e os ricos temiam que o exemplo frutificasse e, que o povo, imitando-os, em breve se tornasse superior aos seus legítimos senhores.” (p. 58).

Adia-se o desenlace urgente e naturalmente pacífico já que a imagem da projecção da realidade familiar na sociedade só se concretizaria, de novo, em alturas – *altas montanhas* –, propícias à demonstração desses – *filhos que tinham os mais variados nomes e aptidões* (p. 65) – filhos-aptidão-projecção do par matricial: *ciência e arte, música e canto, pintura e escultura, mecânica, vapor, electricidade, indústria, comércio, altruísmo, educação, economia*, em interacção tão exemplar quanto perfeita – “É que todos tinham herdado do pai a poderosa força criadora e persistente e da mãe a faculdade de ver, compreender, profundar, delinear e fazer executar os mais arrojados empreendimentos.” (p. 65).

Faltaria a superação desta prova final, como boa admiradora e executante do Conto Maravilhoso, A.C.O. recupera a lição aprendida com a leitura e trabalho a partir dos *Märchen* – Contos Maravilhosos – que, com a tradução de Alfonso Hincker e sob a orientação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, assimilou da obra dos Irmãos Grimm⁹ e inova, ao permitir à narradora situar família tão singular em espaço de desenvolvimento técnico-científico moderno (p. 66) propiciador, apesar de tudo, da alegria e do bem estar. A narradora esclarece ao mesmo tempo que dá réplica à esperada dúvida emanada da contradição perpassando pelo espírito do narratário consumido pela necessidade de conjugar a construção de final feliz esperado e a assimilação cabal da plausibilidade de modelo híbrido novo de sociedade. Neste conto maravilhoso, oferece-se ao narratário o modelo de sociedade utópica a acontecer no futuro, ao revelar-se como em outro espaço – mas na mesma época – tal foi conseguido com efeitos profícuos; espaço esse, no qual a organização social e técnica aconteceram de facto com vantagens sociais claras; denuncia assim a narradora o atraso em reino que tardava em reformar-se com a introdução vantajosa de ciência e técnicas modernas. O narratário carente de orientação – e o lei-

⁹ A.C.O. “(...) preferiu os mais delicados contos do grupo feminino, centrados quase sempre em histórias de amor, nos quais figuras de mulheres virtuosas – noivas, irmãs e mães – «trabalham» duramente para atingir a felicidade.” (in Maria Teresa Cortez, *op. cit.*, pp. 291-293).

tor esperando mera “história da carochinha” – ganha lição realista e moderna; a narrativa torna-se verdadeiramente útil, porque oferecendo propostas exequíveis de reforma aplicáveis a reino atrasado, o qual só carece de assimilar modelos sociais já patentes em outros países coevos, para se modernizar¹⁰.

Na economia narrativa a princesa-Inteligência institui a missão de escol ao serviço do saber e do povo – “A Inteligência (...) pouco mais tinha a fazer do que aconselhá-los (...) e dirigir de maneira mais justa os queridos filhos (...) de modo que não houvesse em breve uma única pessoa no país que não soubesse ler.”¹¹ (p. 68) – bem como a do Capital e da Associação para que a instrução (pré-primária, primária, técnica, liceal, universitária) gerasse povo culto tão erudito quanto respeitador de seus costumes – “Foi chamado o Capital para se poderem construir as escolas, os museus, as bibliotecas, os gymnásios e tudo quanto é necessário para a educação de um povo. (...) Não se desprezavam completamente os velhos costumes; (...)” (pp. 71-2).

O conto maravilhoso termina quando o modelo utópico-paradisiaco se apresenta esgotado e substituído pelo exemplo dado pelo povo-modelo organizado segundo modelo federativo-presidencial (p. 73) sob a autoridade da Inteligência e do Trabalho, únicos garantes da vida colectiva em glória e felicidade, – “Tudo se transformou (...) e melhorou sob o

¹⁰ Apesar de A.C.O. inscrever a acção do conto maravilhoso em espaço e tempo indefinidos, medievo, pré-moderno, não se limita a tal, já que refere regiões onde existem técnicas e inventos modernos, aludindo assim a regiões onde, pelo progresso, modelos sociais propiciariam existência exemplar para sociedade ainda aquém desse paradigma civilizacional de bem-estar técnico-social. Distancia-se assim do Conto Maravilhoso tradicional e reconverte-o: situa-o conscientemente numa realidade analogicamente subentendida, sem se importar muito com alguma perda de realidade poético-simbólica, mas antes com uma dinâmica interactiva inteligível entre narrador e narratário – daí justamente a pertinente utilização do processo literário da narrativa engastada – *mise en abyme* (Hermann Bausinger “Märchen”, in *op. cit.*, p. 1248).

¹¹ Na verdade, no opúsculo do 1.º Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular – realizado em 1908 –, publicado em Lisboa em 1909 pela Imprensa Nacional e da responsabilidade da Liga Nacional de Instrução refere-se, pp. 144-5, “(...) o burguês esclarecido que, a par da ilustração superior, manda ensinar aos filhos um ofício, partilhando assim do desempenho da função económica de que andavam arredados e fazendo deles alguma coisa mais do que um simples diletante social. (...) Destas tendências e destes factos saiu a pedagogia que preconiza o ensino integral e experimental, considerando somente o indivíduo verdadeiramente educado o que, a par de uma instrução baseada na observação directa e na experiência, possui uma educação suficiente que o torna hábil e perfeito na prática da sua actividade social.”

amorável domínio da *Inteligência* e do *Trabalho* e estes não imperaram mas sim presidiram ao governo de um povo que só por eles renascia para a vida, para a glória e para a felicidade.” (p. 78) – já que esse povo-modelo desfrutava consciente dos seus valores e dignidade universais – “Todos trabalhavam e se honravam de que os apontassem como o povo modelo, pelo qual todos se deveriam guiar.” (p. 73).

Quando a narradora-preceptora termina o seu conto e a ouvinte confessa ter percebido a lição da “união conjugal” fantástica a celebrar na alma – “(...) em mim mesma farei a aliança dos dois esposos e com eles serei forte e digna da sua amizade” (p. 79) – de cada qual, A.C.O. dá por findo este “maravilhoso” exercício de interpretação e aperfeiçoamento com vista a magnetizar a consciência no feminino para a causa *progressiva* da República¹². O conto expressa – como também acontece com o já referido *A Minha Pátria* – sobremodo essa tendência em vigor nos pensadores e intelectuais progressistas desta época: precisamente a importância da educação para a cidadania a par da instrução.

Entre a monarquia moribunda e fragilizada, também internacionalmente por um *Ultimatum* prenunciador do seu término sangrento, e o detalhe de uma nova constituição aglutinadora de ideais como os de Nação e República portuguesas – em espaços como a Europa e a África, alicerçados em mais estável economia e justa distribuição de bens e recursos –, à nação do Portugal da primeira década do século passado¹³ assen-

¹² “No nosso país, onde a educação cívica é pouco compreendida e quase desconhecida no ensino das aulas, nota-se que poucos portugueses deixam legado ou dão donativos para escolas, ao passo que são larguíssimas as dádivas e legados para as Igrejas, primeiro e para os hospitais depois.” in 1.º Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular – realizado em 1908 –, publicado em Lisboa em 1909 pela Imprensa Nacional e da responsabilidade de Liga Nacional da Instrução, pp. 30-1.

¹³ Economicamente, o processo de concentração de capital e sobretudo de investimento estrangeiro avolumou-se em 1900: cerca de 1/6 das firmas estrangeiras (50%) inglesas “controlavam uma quarta parte do comércio e da indústria do País”. Por sua vez, a Coroa era objecto de *campanha violenta* devido à questão dos adiantamentos o que conduziu a violência e repressão por parte do governo de João Franco em 1907, chegando Republicanos e Dissidentes a organizarem na rua uma revolução de imediato dizimada e acompanhada da prisão de dirigentes dos dois partidos. A 11 de Janeiro de 1890, o governo inglês enviara um *ultimatum* a Portugal, provocando ou a cedência de territórios ou a “quebra de relações diplomáticas com o provável recurso à força”; a situação europeia fundada na posição alemã e francesa obrigou o governo português a aceitar todas as exigências britânicas, sendo um “primeiro tratado entre os dois países (...) rejeitado pelas Câmaras e pela opinião pública em geral.” in A. H. Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, Lisboa, Presença, 2001, pp. 489-90; 467-8; 553.

tava bem *Uma Lição da História* (1909), pois carecia de histórias simples contadas engastadamente, revivificadoras de tradições familiares, segundo a subtileza feminina, e inovadoras quanto bastasse para aceitar um ideário de contestação a uma sociedade monárquica, mecénica-esmoler, conservadora-retrógrada, inferior e ininteligente¹⁴.

Gosto e argúcia femininos servem forma literária *deleitosa* (p.19), mas crítica de utopia alienante segregadora de concórdia nacional. Denuncia-se naquela o cerne da questão conjuntural vivida por Portugal em vésperas da implantação da República: constituição de elite governante. A.C.O. contribui com esta forma literária recuperando da tradição o que melhor se adequaria a situação e auditório: história dentro da história, personagens femininas, cenário feminino, discurso no feminino – “mãe”-preceptora, “filha”-pupila – sobre o papel da educação quanto à edificação do carácter e da nova sociedade mais justa e feliz, segundo a observação da realidade, a análise dos erros, construção do novo paradigma social.

Sem querer, o/a leitor/a da narrativa encontra-se ao lado da denúncia promovida pela cultura da verdade¹⁵. Se a felicidade se erigiu como

¹⁴ A.C.O. integra-se numa corrente de pensamento esclarecido e defensor da socialização do ensino; entre outros, também Bernardino Machado em *A Universidade e a Nação*, Lisboa, 1905 anunciaria: “Numa palavra, socialize-se a escola.” *apud* Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, FCG, 1996, p. 641.

¹⁵ Já em 1870, D. António da Costa [primeiro Ministro da Instrução Pública em Portugal] referia, na sua presbite obra intitulada *A Instrução Nacional*, a importância da educação no feminino; Carolina Michaëlis de Vasconcelos cita ambos em artigo publicado no jornal portuense *O 1.º de Janeiro* de 18 de Setembro de 1902 intitulado “Serviços Prestados por Homens à Causa Feminina” e traduzido e reunido em conjunto com outros semelhantes em opúsculo intitulado *O Movimento Feminista em Portugal* (Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *O Movimento Feminista em Portugal*, org., prefácio e notas de L. C. Patraquim, Paio Pires, Editorial Seis-filetos Lda (Fradique) 2002) pelo professor da Academia Politécnica do Porto de nome Duarte Leite: “Porque padece a mulher? (...) Porque lhe cortam os voos à inteligência, por que as instituições e a ignorância a colocam sempre dependente, solteira ou viúva, restando-lhe por último o desamparo absoluto ou o pão ensopado em lágrimas. (...) Realize-se uma reforma valiosa nas condições da mulher.” (*op. cit.*, p. 76); no mesmo artigo cita outro distinto republicano: Sebastião Magalhães Lima que, em respectivo artigo publicado em 1899 no jornal avançado da capital intitulado *Vanguarda* [n.º 2867] também pugna por “(...) Uma radical reforma dos nossos processos de ensino que leve ao cérebro das nossas mulheres a consciência plena dos seus direitos e deveres, a noção verdadeira da vida tomada no amplo conjunto das suas múltiplas responsabilidades, este o primeiro passo a dar para a regeneração desta sociedade miseravelmente decaída e decadente. O resto só um pouco mais tarde.” (*idem, ibidem*, p. 79).

valor, surge agora em destaque a cultura do povo como veículo solidário de fraternidade urgente. A viagem e respectivos obstáculos definidores do processo de formação no herói – paradigma nos contos de fadas – aparece neste texto para aferir o respectivo carácter, justeza e mais-valia dos seus valores responsáveis por modelo social dinâmico; a alegoria ajusta-se à lição moral: personagens geram prole, valores por sua vez de modelo de sociedade prospectivo e fidedigno.

À República, só a concórdia entre valores como a inteligência e o trabalho, i.e. o uso de faculdades individuais como a imaginação, a força da fé, a linguagem encantada do amor, poderiam dinamizar ideologicamente a humanidade, transformando-a em fraternia harmoniosamente feliz, cujo escopo derradeiro se dilui no ensino do bem e no aperfeiçoamento dos povos¹⁶.

A pupila ouvinte acaba por aceitar a distinção da dualidade Inteligência-Trabalho e rejeitar a regressão fomentada pelo conjunto oposto formado pela Ignorância, Intolerância e Inveja, rendendo-se à oportunidade da alegoria para o seu próprio reconhecimento da imprescindível união fatal entre felicidade e modernidade como baluarte resistente à miséria de eras passadas, já que a *sociedade nova* emergente até consegue gerir Capital em função de Associação (Colectividade) organizada autarquicamente ao serviço do povo e sob os auspícios de regímen presidencial.

2. Do sentir: no feminino

Em 1905, A.C.O., ao responder à pergunta formulada pelo Dr. Bernardino Machado: “Como há-de a mulher educar os filhos no civismo, se

¹⁶ A tradição do pensamento liberal republicano, pela voz de Antero de Quental em “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos” (1871), apela desde logo para a *ardente afirmação da alma nova, a consciência livre*, como forma de consolidar a *renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento* na convicção de edificação da alternativa constituída pela “federação republicana (...) alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares e niveladoras. Finalmente, à *inércia industrial*, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada numa maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro” in AAVV, *Antologia do Pensamento Político Português 1 Liberalismo Socialismo Republicanismo*, selecção Introdução e notas de Joel Serrão, Porto, Inova, 1970, p. 218.

o não praticar?”, defende, em “Ser Português” – capítulo da obra *Às Mulheres Portuguesas*¹⁷ – dever a mulher sua contemporânea interessar-se “pelas questões do civismo como pelos vários problemas sociais” (p. 67) por senti-la indiferente ao patriotismo e à política, apática perante as injustiças (pp. 68-9) ao haver delegado “(...) no homem todas as responsabilidades e todos os encargos da *governança pública*” (p. 70) e contribuído para a “depressão moral (...) da sociedade portuguesa dos nossos dias” (p. 70)¹⁸. Dirige-se assim às mulheres do seu país, porque “Nação amada pelas mulheres não morre nunca na história.” (p. 74). No mesmo artigo intitulado “Ser Português”, reitera a importância da mulher que aprendendo e fomentando a cultura portuguesa insuflará “na alma dos moços o respeito pelo passado, o horror da situação presente e a esperança consoladora num futuro melhor!” (p. 79) ao mesmo tempo que cumprindo com a *missão da(s) mulher(es)* (p. 82) enquanto “criaturas conscientes e autónomas, companheiras e aliadas do homem, as verdadeiras educadoras dos seus filhos.” (p.81).

A mesma A.C.O. ajuda-nos a perceber através deste seu registo publicista, mas coerente com a sua prática literária¹⁹, a urgente política da

¹⁷ Ana Castro Osório, *Às Mulheres Portuguesas*, [texto fac-similado de um exemplar da edição de 1905], Ermesinde, Ecopy, 2009, p. 67.

¹⁸ Constante à época este fortalecimento da consciência feminina pela palavra encorajadora como acontece com Carolina Michaélis de Vasconcelos que, no já referido artigo datado de 18 de Setembro de 1902, inserto em *Movimento Feminista em Portugal*, cita a acção de homens como Carneiro de Moura ao publicarem *A Mulher e a Civilização* (1900), Guerra Junqueiro escrevendo “contos instrutivos e apropriados às crianças” ou João da Deus e Trindade Coelho elaborando abecedários e cartilhas (*op. cit.*, pp. 80-1); e igualmente a de mulheres como Maria Amália Vaz de Carvalho com *A Baronesa de Stüel e o Duque de Palmela* (1901) ou Alice Pestana com *Amor à Antiga* (1894) em artigo desta vez intitulado “A Mulher do Novo Estilo” (continuação) 14 de Setembro de 1902 (*in* Carolina M. Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 55, 58); sempre realçando os direitos próprios das mulheres vislumbrados por Maria Amália Vaz de Carvalho: “(...) amar, pensar, expandir a própria Individualidade.” (*idem, ibidem*, pp. 56-8).

¹⁹ Tentámos numa primeira parte mostrar à evidência como prática e respectivos processos literários se ajustam aos ideais propalados em defesa da mulher, mãe e educadora de inícios do século e decididamente edificadores e continuadores do pensamento republicano no feminino; trata-se agora de mostrá-los sintomas com os ideais declarados em outro registo, não literário, mas sim publicista-ideológico. A mesma motivação: constatar as manifestações do pensamento feminino tão moderno e construtor de novo modelo civilizacional quanto o do masculino. Como principal motivo guia-nos: tornar evidentes o universo das teses republicanas num registo publicista para facilmente se poder inferir quanto este enforma o conto-criação de sensibilidade femini(sta)na.

educação e ilustração²⁰ da mulher por asseverar ser exactamente o elo feminino aquele “por onde deve principiar a remodelação duma sociedade que seja progressiva” (p. 45) e na qual seja unicamente de admitir a inteligência como *única superioridade* (p. 51) a ser potenciada pela indispensável instrução prática que faz progredir um povo como refere no artigo da mesma obra intitulado “A Instrução”. Em *Uma Lição da História* também a preceptora da jovem condessa ilustra, ela própria, este ideal feminista agora expresso por A.C.O. teoricamente no referido capítulo: “educar a mulher em geral para viver de si mesma e para si, quando pertença à enorme legião das que ficam solteiras e portanto – *sem filhos a educar nem casa a governar* – deve ser um dos nossos mais porfiados empenhos. É este o verdadeiro feminismo.” (p 54).

Um autêntico repto lançado por A.C.O. às mulheres e que em artigo intitulado “Ser Feminista” explicita melhor: “(...) nada mais (...) justo do que este caminhar seguro, embora lento, do espírito feminino para a sua autonomia.” (p. 11), enquanto acalenta a esperança “(...) porque à mulher portuguesa há-de chegar também a sua vez de compreender que só no trabalho pode encontrar a sua carta de alforria (...) sem estar à espera do homem, fonte perene de todo o dinheiro que hoje a sustenta (...)” (p. 21); na sua opinião é por demais vital a sua contribuição para a “melhoria da grande *colmeia nacional*” (p.18) sendo imperdoável “se continuarem na ignorância e na inactividade, tudo esperando do homem que a[s] há-de procurar para sua conveniência.” (pp.18-9). Para A.C.O. “(...) *ser feminista* não é querer as mulheres umas insexuais [sic], umas *masculinas* de caricatura como alguns cuidam; mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana.” (p. 24).

Em “Ser Feminista”, continua sem conseguir conceber a mulher em sociedade, na qual “Na vida real, como no drama, no romance, na poesia ou na música, só cai(a) bem no gosto do público o amavio voluptuoso do amor sentimental.” (pp. 12-3) nem que a mulher exista só para *agradar* (p. 13) como “(...) deusa ideal dos seus sonhos (...) cozinheira hábil, a dona de casa ignorante e útil, misto de costureira e governante, a mãe

²⁰ Na sua obra, acima referida e intitulada *A Instrução Nacional* (1870, pp. 127, 213, 222) D. António da Costa dedica capítulo à mulher intitulado “A Educação da Mulher” prenunciando a importância da educação do sexo feminino: “Bastaria a razão de que um homem educado pode deixar os filhos por educar; uma mulher não os deixará decerto.”, defendendo consequentemente “que a instrução primária do sexo masculino em Portugal seja entregue às mulheres.” *apud* R. de Carvalho, *op. cit.*, p. 602.

paciente e sofredora dos filhos que são o seu orgulho.” (p. 13). Acontecer assim, tal dever-se-á, assim denuncia, igualmente ao obscurantismo a que o próprio homem se destina, mas que quando lhe “(...) for dado encontrar facilmente a mulher sua igual, compreenderá quanto era louco, preferindo-lhe esses pobres seres que não têm assunto para conversa fora do último figurino, da vida alheia e das criadas e seus costumes.” (p. 15).

O casamento, a família, a educação da prole e sobretudo a coesão social presente e futura calarão fundo no espírito feminino moderno da nação portuguesa logo que esta saiba edificar a sua independência e felicidade e consolidar a consciência da mulher²¹.

Inevitável compreender o casamento como a instituição, na qual a mulher é “o factor mais importante para a reorganização completa da sociedade” (p. 193), assim A.C.O. em capítulo intitulado “A Mulher e o Casamento”.

A.C.O. almeja consequentemente consolidar a “naturalmente boa e inteligente” *mulher da nossa raça* (p.195) como reitera nesse mesmo artigo considerando todavia ignorante e colaborante com a “convicta preguiça para entrar na luta pela vida” e obviar ao atraso da nação portuguesa (p. 196). Aconselha-a a não exagerar na sua passividade e satisfação de luxos (p. 197) e a persistir na sua educação, a fim de ombrear com as restantes mulheres europeias ciosas da sua condição de burguesa privilegiada, independente e progressista (p. 201).

Concentrada no “momento histórico (e) (...) nalguns dos múltiplos problemas que agitam a alma moderna.” defende no “Prólogo” de *As Mulheres Portuguesas* a tremenda *responsabilidade moral* quer masculina quer feminina na construção de um futuro moderno. Neste mesmo “Prólogo” confessa dirigir-se “às necessidades espirituais da alma feminina” (pp. 5-8).

Se, em *Uma Lição da História*, observámos como defendia a relação equilibrada entre homem e mulher, então facilmente compreenderemos que, em outro capítulo de *As Mulheres Portuguesas* intitulado “A Mulher Casada perante o Código Civil”, advogue poderem os costumes preceder a lei ao abrigo *da vontade e os hábitos da sociedade que a reclama*. (p. 219); porque para si o casamento seria “(...) união legal e respeitável entre duas criaturas

²¹ Também o mesmo D. António da Costa, na supracitada obra (p.142), haveria de constatar quão imperiosa se tornara a resolução desta questão no seio da nação portuguesa: “A nação portuguesa pela estatística oficial que se lhe apresentou, pode supor que tem uma população de dois milhões de mulheres. Terá – mas falta-lhe a mulher” *apud* C. M. Vasconcelos em artigo datado de 18 de Setembro de 1902 e intitulado “Serviços Prestados por Homens à Causa Feminina” in Carolina M. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 78-79.

que se juntam por sua livre vontade para constituírem a família, tomando sobre si iguais encargos com iguais direitos (...)” (p. 220). Não admitia, à época, a natural “*obediência ao marido* (art.º1185 do Código Civil)” (p. 207) quer em matéria de património móvel ou imóvel, herdado ou adquirido, quer em matéria de educação dos filhos comuns que apenas ao pai, mesmo viúvo ou falecido, deviam respeito, uma vez que a sociedade só a este reconhecia responsabilidade legal e autoridade (pp. 209-11).

Nesta obra, reconhece ainda a inferioridade gritante e a carência de liberdade, a que a mulher estava sujeita – apenas minoradas pela casual tolerância ou diplomacia conjugal – (p. 213) bem como a proibição quer da instrução quer do direito ao trabalho no seio do feminino privilegiado (p. 214).

A.C.O. interpela o espírito feminino; todavia dirige-se selectivamente às mulheres da classe média ociosa no capítulo “A Mulher e o Casamento”²² – único estrato capaz de mudança precisamente por poder suprir as consequências nefastas, para as gerações futuras, de tal ócio infértil e neurótico: não lhes falte vontade de “educar-se a si mesma[s], que não lhe[s] falta[m] meios para o fazer” (p. 129)²³.

²² É pertinente recuperar dos artigos “A Mulher e o Casamento” e “As Pobres Mães” a rede de factos e valores fundadores do ideário feminino cujas raízes se afundam no século XIX e que surgem no pensamento de A.C.O. como trabalho, mulher do povo, mulher burguesa, educação e sociedade moderna “(...) não nos referiremos, é claro, à mulher do povo. (...) a mulher do povo trabalha sem reparar se os serviços são ou não próprios do seu sexo (...) [que é nos outros países] a mulher da burguesia aquela que mais e melhor procura educar-se.” (A.C.O., *op. cit.*, pp. 200-01); “É ao recolhimento da vida burguesa que iremos buscar essas *pobres mães*, que a sociedade moderna, (...) vai fazendo mártires pelo sentimento e pelo coração.” (A.C.O., *op. cit.*, p. 114).

²³ No término do século XIX, eram 115 900 o número de rapazes frequentando o ensino primário oficial contra 63 740 de raparigas; no ensino primário particular num universo de 51 559 alunos 27 080 eram do sexo feminino; o número de escolas particulares para o sexo feminino era sobejamente maior que o das escolas privadas para o sexo masculino. R. de Carvalho infere: “É de pensar que os pais preferissem colocar as suas filhas em escolas particulares (...) talvez para as poupar a contactos e convívios com crianças que considerariam de categoria social inferior.”, (in R. Carvalho, *op. cit.*, pp. 636-7). Não demonstrará tal o carácter selectivo das instituições de educação dirigidas à mulher? As mulheres trabalhadoras, analfabetas, não constituem objecto destas acções oficiais, antes de acções particulares sim, mas filantrópicas e populares dirigidas à aniquilação do analfabetismo que grassava à época. (cf. 1.º Congresso Pedagógico da Instrução Primária e Popular – realizado em 1908 –, publicado em Lisboa em 1909 pela Imprensa Nacional e da responsabilidade da Liga Nacional de Instrução pp. 30-1, 50-1).

A lição, com a qual A.C.O. pugnou quer em teoria – *Às Mulheres Portuguesas* (1905) – quer em demonstração prática – *Uma Lição da História* (1909) – encerra afinal a esperança convicta na concretização colectiva da felicidade, individual e social, fundada quer no amor ao saber fortalecido pela inteligência evidente quer no trabalho de cada dia, das quais a sociedade por inteiro haveria de, em concórdia, participar. Em ambos os registos se constata o pensamento “progressivo” e empenhado em identificar e entusiasmar a consciência social no feminino, já que se dirige primordialmente à mulher e em particular à classe mais privilegiada: média, com o escopo de transformar o modelo social vigente através da elite consciente do seu valor liberal e republicano²⁴.

3. Do realizar: no feminino

O conto *Uma Lição da História* não apenas primordialmente destinado a auditório infanto-juvenil terminando com um final feliz, também apresenta lição facilmente inteligível. Quer o seu narrador quer o seu destinatário continuam sendo mulheres, ajustando-se o uso da alegoria à apresentação de modelo social com o objectivo de o leitor aceitar a narrativa como metonímia da sociedade coeva, à qual se reporta e destina criticamente.

Pareceria escasso para o considerarmos paradigma de literatura electivamente feminina. Mas é bastante; pois está em sintonia com a recrudescente atenção dada à mulher nacional e internacionalmente em virtude de tematizar questões sociais e morais a ela respeitantes, apelando simultaneamente à cidadania em contexto literário, sem que o nexo ideológico seja deveras obnubilado pela perseverante sensibilidade pedagógica feminina representada.

Sem revolta ou resignação, antes pela resistência, o auditório sente quão plausível se torna a transformação social visada e da qual será objecto tal qual a personagem secundária – pupila – do conto sob a influência da personagem principal da narrativa engastada. Tal transformação é analogicamente assumida como historicamente viável, porque demonstrada a partir de dentro – a acção decorre em espaço feminino – representando a mudança na e pela mulher: preceptora, pupila, princesa-esclarecida, sociedade-a-esclarecer e fugitiva Rainha-Rotina (e respectivos Rei-Preconceito e séquito de pomposos, mas inúteis corte-

sãos) a iluminar pela sábia História, mentor de alguns populares “no auge do desespero” (pp. 76-77).

Ana de Castro Osório faz deste modo associar ao nexo-da-narrativa o co-nexo: a existência resistente da mulher. Na verdade, a narradora – preceptora – não se retém mais em torno de um modelo utópico a-real, ilusório-alienante, sublinhando antes o modo pragmático de os ideais e valores se reflectirem no espaço e tempo hodiernos.

Nesta escrita feminina, vislumbramos afinal esse despojamento presente num uso da linguagem próprio de quem elege o nexo-do-interior visto pela própria, em função do interior do outro: a mulher, já que a história é inventada em função da mudança do estatuto da mulher que desde cedo é convidada a acreditar tudo depender da transformação na sua mentalidade. Tanto mais premente quanto o assumir a responsabilidade da sua condição social de mulher usufrutuária do tempo de ócio a explorar proficualemente em favor da sociedade.

Como missão, a mulher contribuirá para o amadurecimento e transformação quer pessoal quer social do género feminino, porque investido da capacidade de interpretar a realidade como coisa-novidade interessante o bastante, para, do comentário suscitado e da dúvida-interrogação formulada, fazer brotar a consciencialização a partir da razão aplicada e ilustrada literariamente; não fosse assim e este seu conto não teria sido aprovado e adoptado *para leituras e prémios escolares* pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais (10 de Outubro de 1908), precisamente por oferecer à “infância leitura suave, instrutiva e útil” (p. 7).

Ana de Castro Osório aprofunda conscientemente a relação do auditório com a escrita e, através desta, com a realidade, provocando a adesão à ideologia nova sem deixar de lado a graciosidade e a naturalidade com que se faz ouvir e perceber em silêncio o segredo contado às crianças-meninas cujo carácter se quer consolidado e consolidante no e do futuro.

Sublinhemos que, neste discurso no e para o feminino patente em *Uma Lição da História*, o narrador estrutura a história em função de duas vertentes da questão: a *material e a educativa e moral* (p. 67); à primeira, responde-se ao representar colectividade sublimadora – de outra deixada de lado no espaço – por se iluminar segundo ideais de felicidade e amor; a união amorosa entre Trabalho e Inteligência gerará por certo felicidade (p. 45) capaz de sustentar justiça e bondade como valores essenciais à preservação de colectividade fraterna (pp. 73, 79) por toda a Terra (p. 77). Os/as leitores/as são assim instados a olhar primeiro para a mulher Inteligência – princesa e mulher-do-povo – diferente das outras por não se estender ao sol como elas e, *laboriosa e satisfeita*, cuidar de *todo aquele mundo vivo* (p. 54); sentem-se simultaneamente instados a reflectir sobre o significado desta capacidade mental comum a qualquer – justamente

²⁴ A missão era hercúlea já que segundo o Anuário Estatístico do Reino de Portugal, publicado em 1907 e referido a 1900, dos 5 423 132 indivíduos, 1 855 091 eram analfabetos homens, devendo-se acrescentar 2 406 245 mulheres analfabetas, in R. de Carvalho, op. cit., p. 635.

aquela que, a ficar atrofiada, comportará infelicidade; o narrador, aliás, qualifica como *inteligente* a preceptora cuja missão consistiria em *educar e instruir* a pequena insubmissa para que pudesse ser mais tarde “mulher de razão e critério.” (p. 10).

Ler – poder, saber e querer – constitui afinal o esteio feminino a edificar, porque “(...) saber ler é poder pensar e falar; (...)” como se afirma em *A Minha Pátria*, porque de educação “o espírito se enobrece” (pp. 394, 396), sendo assim ideal de *vida digna e útil* para mais exequível, logo que pais e educadores não desperdicem oportunidades para criar, divulgar e fazer estudar *alguns livros que são para recrear e ao mesmo tempo instruir* na qualidade de coadjuvantes efectivos dos estudos (p. 27).

A.C.O. ilustra, na verdade, o ideário republicanista que, em meados do século XIX, (1851) assumia já expressão clara em *Estudos sobre a Reforma em Portugal* (pp. VIII-XIV) pela mão de J. Henriques Nogueira²⁵: “(...) que o trabalho das mulheres ganhasse uma área mais vasta, e que fosse melhor retribuído. (...) Quisera que o derramamento da instrução pública se tornasse um instrumento de progresso; e que o Estado protegesse o talento abandonado, que a falta de cultura não deixa medrar.”

No ano de 1879, Teófilo Braga, afirmaria em “Soluções Positivas da Política Portuguesa” a condição de portugueses “Como um povo que tem direito à existência livre e ao progresso, compete-nos exercer esse direito de um modo consciente”; apelando assim para a tomada de consciência republicanista²⁶. À época, e segundo o pensamento liberal em Portugal, a libertação da humanidade e respectiva salvação, decorreriam da consolidação moral, podendo ter consecução cabal como clamou Antero de Quental, em 1889, ao citar Proudhon em “O Socialismo e a Moral” (1889) quando: “O mundo só pela moral [for] será liberto e salvo.”²⁷, sendo naturalmente a educação factor não despendendo.

Pensamento e prática de escrita feminina em A.C.O. comungam afinal da corrente liberal de meados do século XIX e que já em 1871 fez com que o Ministro do Reino, Marquês de Avila e Bolama e o Procurador Geral da

²⁵ J. Henriques Nogueira “(...) A Forma Nobre, Filosófica e prestigiosa da República”, in AAVV, *Antologia do Pensamento Político Português 1 Liberalismo Socialismo Republicanismo*, selecção introdução e notas de Joel Serrão, Porto, Inova, 1970, pp. 301-2.

²⁶ T. Braga, “Todos Os Males Que Sofre O Nosso Organismo Nacional Derivam-se Da Instituição Monárquica”, in AAVV, *Antologia do Pensamento Político Português 1 Liberalismo Socialismo Republicanismo*, selecção introdução e notas de Joel Serrão, Porto, Inova, 1970, pp. 319-20.

²⁷ A. de Quental, “A Emancipação dos Trabalhadores deve ser Obras dos Mesmos”, *idem, ibidem*, p. 280.

Coroa, Marténs Ferrão, considerassem um “perigo para a sociedade” as *Conferências do Casino* promovidas entre outros por Antero de Quental, Eça de Queirós, A. Coelho, J. Batalha Reis, S. Sáragga²⁸ por temerem a reflexão sobre instituições e cultura da sociedade coeva e a assumpção da *política* como *instrumento de justiça social* (segundo as palavras de A. de Quental em carta de protesto contra a proibição das mesmas conferências dirigida ao Marquês de Ávila) que “(...) diz à verdade, fala! que diz à consciência, revela-te! que diz às almas, emancipai-vos! que sobretudo diz aos costumes, moralizai-vos!”²⁹. Basílio Teles (1856-1923) constata já algo de republicanismo em termos de *espírito, ideia, esperança, aspiração republicana* em obra de 1905 intitulada *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, mas sobretudo em termos de *facto moral considerável* nas motivações do Pacto da Granja (1876)³⁰ e na subsequente formação do Partido Progressista em cujo ideário se preconizava já – programa de Dezembro do mesmo ano –, entre outros aspectos, a reforma constitucional, eleitoral, da instrução primária e secundária segundo um carácter obrigatório e descentralizador e consolidante das vertentes industrial e profissional³¹.

A contribuição inovadora e original de A.C.O. confunde-se com o modo singular da sua escrita literária – apesar de não ser invulgar o empenhamento moral do escritor associado a estilo deleitoso, realizando assim o ajustamento gracioso à ilustração das virtudes morais, racionalmente.

A.C.O. recupera o conto maravilhoso; já não coloca a respectiva acção na Idade Média; em “Uma Lição da História” a acção ocorre em espaço e tempos modernos, a acção do conto maravilhoso também. Aos respectivos narratários não é suscitada interpretação simbólica tão vasta como num tradicional Conto Maravilhoso, no entanto, por emprego de alegoria, àqueles são sugeridos motivos de sobra para promoverem reflexão pragmática sobre a História e administração do Território pátrios. E

²⁸ AAVV, *Nova História de Portugal*, Direcção de J. Serrão e A. H. Oliveira Marques, *Portugal e a Regeneração. 1851-1900*, vol. X, Lisboa, Presença, 2004, pp. 355-6.

²⁹ A. de Quental, “Carta ao Ex.^o Sr. António José d’Avila, Marquez d’Avila, Presidente do Conselho de Ministros (por Antero de Quental) – sobre a Portaria que mandou fechar as portas do Casino Lisbonense”, s/l., s/d., p. 5 (exemplar tiposcrito registado em Biblioteca Museu República Resistência com a cota 82P-6QUE e que se encontra reproduzido também em *Cartas de Antero de Quental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 62-3 (sob o título Carta XII – A. António José d’Avila, pp. 57-69).

³⁰ B. Teles, “Um Grande partido Popular”, in AAVV, *Antologia do Pensamento Político Português 1 Liberalismo Socialismo Republicanismo*, selecção introdução e notas de Joel Serrão, Porto, Inova, 1970, pp. 321, 324.

³¹ AAVV, *Nova História de Portugal*, Direcção de J. Serrão e A. H. Oliveira Marques, *Portugal e a Regeneração. 1851-1900*, vol. X, Lisboa, Presença, 2004, p. 237.

fá-lo exemplificando métodos: como e com quem estudar; como ensinar. A instrução pública pertence à escola pública, mas haverá prejuízo caso siga o modelo de personalização aplicado aos mais privilegiados?

Em *A Minha Pátria*, A.C.O. encena o método de **estudar com prazer**, segundo o qual a mãe (e/ou educadora, também) ensinará a História do País, *mutatis mutandis*, a matéria a aprender, como uma *história da carochinha* (p. 27)³². O saber do escrever no feminino encontrar-se-á porventura aqui: gizar com **disciplina e prazer** o esteio comunicante entre curiosidade em hibernia e matéria em profusão na expectativa de se potenciar a sabedoria lustre da harmonia.

Ensinar. A escrita no feminino também ensina. Com a determinação revelada na sua intenção pedagógica e edificante; fá-lo ao modo das “histórias da carochinha”, i.e., respeitando a sensibilidade poética própria dos Contos Maravilhosos de que são paradigma os Contos Maravilhosos (Märchen) recolhidos pelos Irmãos Grimm – e que A.C.O. conhecia e à luz dos quais escreveu alguns dos seus – os quais no prefácio à 1ª edição da sua colectânea KHM defendem quanto os Contos Maravilhosos *não deixam de, poéticos ou triviais, (abgeschmackt), ser sabidos e queridos por serem assim mesmo recebidos, deleitando sem razão particular precisamente por ainda existir aí Poesia*³³. A mesma Poesia diferenciadora do destinatário ou “uma fantasia ainda por extinguir pela falsidade da vida”³⁴.

³² “Vá lá, quero ser uma boa fada para ti e vou portanto ensinar-te a história do teu país, sem que tenhas de pegar num livro. Verás como apesar de verdadeira, te há-de agradar como uma história da carochinha.” (A.C.O., *op. cit.*, p. 27); em *Uma Lição da História*, a preceptora e narradora da narrativa engastada começa de modo semelhante: “(...) Existiu em tempos que já lá vão, como se diz nos contos de fadas, uma região (...) o mais formoso e apetecível recanto do universo.” (*idem, ibidem*, p. 20), [cf. supra p.3]. Por demais evidente a preocupação pedagógica da autora ao associar o modo vetusto, mas criativo e natural de transmissão oral do saber para que o desenvolvimento intelectual e cultural aconteça com sucesso; constata-se igualmente o carácter edificante, do qual será consequência, mas também causa, o pretender alargar o espectro do destinatário eleito dos seus contos: não só crianças, mas todos os que se encontrem em grau de desenvolvimento intelectual e cultural semelhante e que estariam por certo na mira da instrução pública oficial para crianças e adultos e também analfabetos nas cidades e no interior [cf. supra nota 22].

³³ Brüder Grimm, *Kinder- und Hausmärchen*, Band I, Stuttgart, Reclam, 1980, p. 16. Esta edição apenas reproduz o prefácio – *Vorrede* – à sétima edição datada de 1857. (Referir-nos-emos sobre o modo ao prefácio à 1ª edição de 1812 citando do endereço electrónico [http://de.wikisource.org/wiki/Kinder-_und_Hausm%C3%A4rchen_Band_1_\(1812\)](http://de.wikisource.org/wiki/Kinder-_und_Hausm%C3%A4rchen_Band_1_(1812))) Brüder Grimm, *Kinder- und Hausmärchen*, Band I, Vorrede in [http://de.wikisource.org/wiki/Kinder-_und_Hausm%C3%A4rchen_Band_1_\(1812\)](http://de.wikisource.org/wiki/Kinder-_und_Hausm%C3%A4rchen_Band_1_(1812)), pp. VIII, VII, VI.

³⁴ Brüder Grimm, *op. cit.*, 1812, p. IX..

Se os Irmãos Grimm aferem a essência dos seus Contos Maravilhosos (*Märchen*) pela respectiva renovada capacidade de *deleitar, emocionar, ensinar* tal deve-se ao facto de neles reconhecerem a *necessidade* intrínseca e fresca comum à fonte da vida, porque neles todo o elemento da Natureza comunga da alma e por neles se representarem já, através da Poesia, os direitos a que mais tarde só pela parábola se tornarão alvo de ambição³⁵. Neles se *aprende* que só pela *pureza do coração (reines Herzens)* se conquistará a felicidade sem que todavia seja racionalmente expresso tal escopo como motivo de sua criação: *deles brotará naturalmente como um fruto de uma flor sã sem intervenção do homem*³⁶.

Entendemos por isso, criar A.C.O., através da sua escrita no feminino a ambiência própria à questão fundamental: a instrução do e pelo feminino. As suas teses irrompem sobremodo das falas das personagens, naturalmente, e não apenas como excursos de narrador. Dirigem-se a uma burguesia no feminino cuja sensibilidade adormecida precisaria ser acordada para permitir o fortalecimento da consciência para a cidadania. Da consciência de mulher cujos ideais de felicidade, amor, liberdade muito contribuiriam para o fortalecimento do modelo republicano de sociedade respeitadora do feminino, respectiva inteligência e condição de co-fundadora do presente.

A sua escrita no feminino convoca afinal as raízes de uma literatura-poesia popular e naturalmente edificante munida apenas da graça, encanto (*Liebllichkeit*) como arma para pugnar pela transmissão de “doutrina”, apenas e só por analogia na consecução de um método de criação narrativa identificado com a tradição da humanidade, ao aproximar discurso literário de percurso histórico-existencial: “A maior parte das situações são tão singelas que muitos se deparam com elas durante a vida”³⁷. Do pequeno facto de vida de jovem (aristocrata) sem vontade para estudar, passando pela preceptora presbite, ao modo subtil pelo qual o *fait-divers* é potenciado em questão político-moral, vai toda a mestria em saber recolher os ideais determinantes e renovadores da sociedade monárquica portuguesa em decadência, vesti-los e colocá-los em acção, para que a atenção – contrato com o leitor – uma vez desperta não se esvaia, passando a fixar-se apenas na “lição”, a qual, uma vez aplicada individual e socialmente, gerará cabal concretização da libertação da mulher. Resistente, sábia e discretamente.

³⁵ *Idem, ibidem*, pp. XI, XII.

³⁶ *Idem, ibidem*, pp. XIII, XIV.

³⁷ Grimm, *op. cit.*, p. X.

A mesma atitude afinal que percorre o espírito da época e que Carolina Michaëlis de Vasconcelos proclamara já em *O Movimento Feminista em Portugal* no artigo intitulado “A Mulher do Novo Estilo (cont.)”, de 14 de Setembro de 1902, no qual cita pertinente as palavras de Maria Amália Vaz de Carvalho:

“(…) A mulher precisa emancipar-se de tudo que a humilha e de tudo que a não deixa expandir a sua individualidade, que a amesquinha e lhe cerceia a liberdade e os privilégios a que todo o ser consciente tem direito. Para conseguir o intento não me parecem de muito bom gosto e de segura eficácia as reivindicações apaixonadas e ruidosas. Considero o estudo, a leitura bem norteada, a séria disciplina moral, a melhor base e o caminho mais directo para a sua completa emancipação. A ignorância, a frivolidade, a ociosidade e os devaneios com as percepções erradas que alimentam, são os piores males que afligem o nosso sexo. Enquanto deles se não souber libertar (...) nenhum resultado positivo terão quaisquer esforços isolados das partidárias do feminismo.”³⁸.

Ou como diriam os Irmãos Grimm a propósito da sua colectânea de Contos Maravilhosos plenos de Poesia – versão igualmente escrita das histórias contadas pelo e para o seu povo, tal qual A.C.O. que conta um Conto Maravilhoso dentro da “História”: “Esta intimidade inocente comum ao que é grande e pequeno detém uma graciosidade (*Lieblichkeit*) indescritível em si mesma, e, em vez da música das esferas, preferimos ouvir uma pobre criança perdida no meio da floresta a falar com as estrelas.”³⁹.

Fernando Ribeiro, professor auxiliar da FCSH-UNL, ensina, investiga, traduz e publica desde 1984 sobre literatura de autores de língua alemã (XVIII – XX) – Lessing, Hesse, Zweig, Kafka e Jung – tendo ultimamente vindo a participar em colóquios internacionais com comunicações sobre autores portugueses simpatizantes (intencionalmente ou não) de aspectos também próprios da literatura alemã como Garrett, Henrique O’Neill ou Ana de Castro Osório.

³⁸ *Apud* Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *O Movimento Feminista em Portugal*, org., prefácio e notas de L. C. Patraquim, Paio Pires, Editorial Seis-filetes Lda (Fradique), 2002, p. 57.

³⁹ Brüder Grimm, *op. cit.*, p. XII.

O AUTO DAS REGATEIRAS DE RIBEIRO CHIADO E A CRISE CONJUNTURAL DE MEADOS DO SÉCULO XVI

Ilda Soares de Abreu

À memória de Maria José Trindade*

Resumo

A data exacta do *Auto das Regateiras*, de António Ribeiro Chiado é difícil de determinar, sendo apontada entre 1545 e 1560 e, a exemplo de obras congéneres, terá corrido manuscrita até que, lida, relida e eventualmente representada, foi impressa já expurgada e enxuta de alusões e fraseologia, típicas do autor, que embaraçariam até a casa editora.

O interesse da peça releva, entre outros, da abordagem do quotidiano de um estrato social específico, as *regateiras*, para expor problemas que gravitam em torno da conjuntura social, política, económica e ideológica de meados do século XVI. A forma coloquial entre interlocutores, ao gosto do século, permitia-lhe eximir-se da alçada das censuras que recaíam sobre todos: autor, leitores e espectadores.

Palavras-chave: Regateiras, poder, crises, vida quotidiana, casamento.

O autor e o auto

António Ribeiro Chiado nasceu nos arredores de Évora por volta de 1519 e faleceu em Lisboa em 1591. Disse-se escudeiro, o que não escandalizaria ninguém em épocas em que “não era possível dar um passo que se não encontrasse um escudeiro”, considerando bastante que “soubesse ler

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.